

LIBRAS na educação sexual da pessoa surda
LIBRAS in the sexual education of the deaf person
LIBRAS en la educación sexual de la persona sorda

Recebido: 10/10/2019 | Revisado: 13/10/2019 | Aceito: 21/10/2019 | Publicado: 29/10/2019

Rosane Isabella Oliveira de Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8557-2002>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: rosaneiomelo@gmail.com

Natália Costa Barros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5326-1237>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: naa.c.barros@gmail.com

Everton Pires Ferreira Jorge da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8669-7387>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: evertonpiresf@gmail.com

Nicolly Kelly da Silva Pontes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2872-8936>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: collypontes@hotmail.com

Ana Paula Maciel Cordeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8207-908X>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: cordeanaana@gmail.com

Resumo

O presente estudo aborda a visão social e estigma da sexualidade da pessoa surda. Segundo Dizeu e Caporali (2005), existe uma necessidade de promover o uso da LIBRAS tanto no contexto escolar quanto familiar ainda na infância buscando uma melhor relação entre eles, pois esta interação seria mais produtiva, colaborando na construção da identidade do surdo, além de prevenir danos e transtornos ao facilitar o acesso a uma educação sexual informativa e abrangente, considerando a importância desta no desenvolvimento da sexualidade do

indivíduo, enfatizando os seus direitos de vivenciar o prazer sexual. Foi utilizada uma revisão bibliográfica a partir dos termos surdez, sexualidade, educação sexual do surdo, cultura surda. Como resultado da busca foram obtidas 26 pesquisas, dentre elas apenas 8 tratavam diretamente da educação sexual do surdo. Como resultado do estudo realizado, observou-se que existe uma visão limitada a respeito do surdo, impossibilitando o acesso às descobertas da sua identidade, sendo colocado como mentalmente incapaz de um desenvolvimento saudável das noções acerca da própria subjetividade e do mundo, dificultando o processo de inclusão social. Quando se fala em inclusão e acesso à informação, a sexualidade humana não deve ser descartada. É necessário compreender que os sujeitos surdos partilham de uma cultura evidenciada através de uma língua própria e não deveria ser um impedimento em seu desenvolvimento social a questão linguística.

Palavras-chave: Surdez; sexualidade; educação sexual do surdo.

Abstract

This study addresses the social vision and stigma of sexuality of deaf people. According to Dizeu and Caporali (2005), there is a need to promote the use of LIBRAS both in the school and family context still in childhood seeking a better relationship between them, because this interaction would be more productive, collaborating in the construction of the identity of the deaf, besides preventing damage and disorders by facilitating access to an informative and comprehensive sexual education, considering the importance of this in the development of sexuality of the individual, emphasizing their rights to experience sexual pleasure. A literature review was used based on the terms deafness, sexuality, sexual education of the deaf, deaf culture. As a result of the search, 26 researches were obtained, among them only 8 directly addressed the sexual education of the deaf. As a result of the study, it was observed that there is a limited view about the deaf, making it impossible to access the discoveries of their identity, being placed as mentally incapable of a healthy development of notions about their own subjectivity and the world, hindering the process of social inclusion. When it comes to inclusion and access to information, human sexuality should not be discarded. It is necessary to understand that deaf subjects share a culture evidenced through their own language and the linguistic issue should not be an impediment in their social development.

Keywords: Deafness; sexuality; sexuality education of the deaf.

Resumen

Este estudio aborda la visión social y el estigma de la sexualidad de las personas sordas. Según Dizeu y Caporali (2005), es necesario promover el uso de LIBRAS tanto en el contexto escolar como familiar aún en la infancia buscando una mejor relación entre ellos, porque esta interacción sería más productiva, colaborando en la construcción de la identidad de los sordos, además de prevenir daños y desórdenes facilitando el acceso a una educación sexual informativa e integral, considerando la importancia de esto en el desarrollo de la sexualidad del individuo, enfatizando sus derechos a experimentar placer sexual. Se utilizó una revisión de la literatura basada en los términos sordera, sexualidad, educación sexual de los sordos, cultura de los sordos. Como resultado de la búsqueda, se obtuvieron 26 investigaciones, de las cuales sólo 8 abordaron directamente la educación sexual de los sordos. Como resultado del estudio, se observó que existe una visión limitada sobre los sordos, lo que hace imposible acceder a los descubrimientos de su identidad, siendo colocados como mentalmente incapaces de un sano desarrollo de nociones sobre su propia subjetividad y el mundo, lo que dificulta el proceso de inclusión social. Cuando se trata de la inclusión y el acceso a la información, no se debe descartar la sexualidad humana. Es necesario entender que los sordos comparten una cultura evidenciada a través de su propio idioma y que la cuestión lingüística no debe ser un impedimento para su desarrollo social.

Palabras clave: Sordera; sexualidad; educación sexual de sordos.

1. Introdução

O presente artigo aborda a visão social e estigma da sexualidade da pessoa com deficiência. Mais precisamente a pessoa surda, o que será enfatizado neste estudo. Falaremos um pouco sobre história cultural do surdo como um dos importantes fatores que comprovam que esse indivíduo faz parte de uma cultura própria, mas não o anula como cidadão nem anulam seus direitos como tal. Também veremos como a sociedade enxerga esse indivíduo e a estigmatização que surgiu desde as sociedades mais antigas até a privação da informação para o jovem surdo nos tempos atuais, que ocorre por tantas vezes devido ao fato desse indivíduo ser infantilizado, tendo sua capacidade cognitiva colocada em dúvida, quando muitas vezes essa limitação se dá a falta da difusão da LIBRAS, impedindo-o de aprender, desenvolver e vivenciar naturalmente sua sexualidade.

Como resultado do estudo realizado, observou-se que existe uma visão limitada a respeito do surdo, impossibilitando o acesso às descobertas da sua identidade, sendo colocado

como mentalmente incapaz de um desenvolvimento saudável das noções acerca da própria subjetividade e do mundo, dificultando o processo de inclusão social.

2. Metodologia

Foi utilizada uma revisão bibliográfica em artigos pesquisados em plataformas de pesquisa como o Scielo e Pepsic a partir dos termos: surdez and sexualidade or educação sexual do surdo or cultura surda. Como resultado da busca foram obtidas 26 pesquisas, dentre elas apenas 8 tratavam diretamente sobre educação sexual do surdo.

3. Surdez e Identidade Cultural

De acordo com Lapate (1996): “pouco mudou quando tratamos com temas associados à sexualidade, visto que estes se traduzem ainda hoje, em emoções confusas, tanto por parte dos adolescentes quando de pais e professores”. Tudo se amplifica quando se trata da pessoa surda.

Abordaremos ainda a questão da necessidade de promover o uso da LIBRAS tanto no contexto escolar quanto familiar ainda na infância buscando uma melhor relação entre cuidadores ouvintes e a criança surda, pois esta interação seria mais produtiva, colaborando na construção da identidade do surdo. (Dizeu & Caporali, 2005).

Apesar dos mitos e tabus em torno da sexualidade que ainda nos rodeiam, trata-se de algo natural e que faz parte da vida do ser humano. O que a sociedade ainda precisa entender é que o direito ao prazer sexual existe para todas as pessoas, de um modo geral, independente das suas limitações físicas, e é respaldada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, reforçando a importância da inclusão da LIBRAS no ensino escolar como forma eficaz para facilitar a inclusão da educação sexual do surdo.

De acordo com o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, 9,7 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência auditiva. Desses, 2.147.366 milhões apresentam deficiência auditiva severa, situação em que há uma perda entre 70 e 90 decibéis (dB). Cerca de um milhão são jovens até 19 anos (IBGE), o que nos traz uma boa noção acerca da importância da inclusão a qual está sendo abordada neste estudo.

Para darmos início ao tema estudado, é necessário apontar alguns pontos relacionados ao que diz respeito a cultura desses indivíduos. Sandra Pesavento (2005) revela a importância da História Cultural do surdo, pois esta possibilitou evidenciá-los como pertencentes à população resgatando e valorizando sua história de vida.

Em se tratando de cultura surda, a pesquisadora e também surda Strobel (2008) traz o conceito de que, apesar de vivermos numa sociedade construída em um modelo onde privilegia a comunicação oral-auditiva, não se trata de uma divisão entre as culturas sociais surdo-ouvinte, mas traz à luz todo um conhecimento tantas vezes ignorado sobre essa cultura que vai além apenas da língua e dos ideais.

Existem várias ideias estereotipadas com relação ao surdo. Perlin (2001), ressalta que esta visão limitada, ao invés de acolher o surdo, o afasta ainda mais das descobertas da sua identidade como indivíduo. É onde destaca-se a grande importância da cultura surda, que por questões de políticas públicas, não é tão mencionada como deveria. Sacks (1998) também realça que não é a falta de uma língua que vai limitar um indivíduo mentalmente, mas este será privado de um desenvolvimento saudável de ideias e noções da própria subjetividade e do mundo.

Entende-se que o processo de inclusão do surdo na sociedade é possível se compreendermos que são sujeitos que partilham de uma mesma cultura, evidenciada através de uma língua própria, que é a língua de sinais, tendo suas experiências baseadas no visual. Considerando Skliar (1998), a surdez é apenas uma diferença de cultura e de questões linguísticas, e não existe nenhum erro em ser diferente.

Como afirmava Vygotsky (1989, p. 89, apud Almeida, 2008, p. 22), a surdez pode ser classificada como “... um estado natural e não patológico para a criança surda, e o defeito só é sentido de um modo mediatizado, secundário, como resultado de sua experiência social refletida”. Ou seja, considerando que a linguagem é quem regula os processos cognitivos e os comportamentos individuais e coletivos, implica-se também diretamente nas questões sobre a identificação deste sujeito, que traz consigo apenas uma diferença por mostra-lo pertencente a um grupo social, uma cultura própria, e não uma deficiência.

Dentre muitas reivindicações da comunidade surda, um grande marco foi a conquista da aprovação da lei que proporcionou a legitimidade da cultura surda no Brasil, o que salienta a importância da língua de sinais no processo de desenvolvimento da pessoa surda.

Em muitos países os surdos conquistaram o respeito à diferença cultural e linguística que os identifica como o outro em relação à modalidade linguística. Depois de anos de luta, conseguiram que sua língua fosse reconhecida e respeitada em vários países, inclusive no Brasil, onde o ensino da Libras já é obrigatório nos cursos de Licenciatura e Pedagogia (Decreto nº 5.626, de 22/12/2005). (Klein & Formozo, 2007, p. 03).

4. A Educação inclusiva e a Participação da Família

Tratando-se de Educação Especial, ouve-se discursos relacionados à inclusão do aluno, independente da sua individualidade (seja ele surdo ou portador de alguma paralisia) na escola regular. E é endossando esses discursos que vale mencionar a Declaração de Salamanca (nº 19), representada por 88 governos, mas que na prática acaba sendo esquecido. Ele fortalece o discurso acima mencionando, inclusive, a importância da língua de sinais entre os surdos. Considerando que a LIBRAS é a segunda língua oficial do Brasil, enfatiza-se então a necessidade da inclusão do ensino da mesma na educação escolar e a disposição de profissionais aptos para promover este ensino, abrindo as portas para proporcionar a direção em um caminho para a equidade entre surdos e ouvintes, educação e desenvolvimento do ser humano.

E aproveitando esse quesito de educação e desenvolvimento, enfatiza-se também a relevância da participação da dinâmica familiar. Dizeu e Caporali (2005) mostram que a interação entre eles seria tão mais produtiva, agradável e colaboraria imensamente na construção da identidade desses indivíduos se esses familiares ou responsáveis recebessem as devidas orientações sobre a linguagem de sinais ainda na infância destes, pois considerando que no seio familiar é onde o surdo tem o seu primeiro contato social, certamente partilhariam de experiências emocionais grandiosas, superariam a vergonha e quebrariam um tabu ao ensina-los sobre sexo e sexualidade, além de prevenir uma série de danos e transtornos.

Quadros e Karnopp (2004) explicam como a questão linguística do surdo precisa ser compreendida e acatada pela família, visto que se trata de uma língua gesto-visual que necessita de um espaço que atenda ao campo de visão da pessoa surda. Considerando isto, toda parte da capacidade cognitiva estará dependente da compreensão pela linguagem gestual. Suas crenças, aprendizado, relacionamento familiar só serão possíveis se essas pessoas dentro deste círculo familiar forem adeptos da LIBRAS, facilitando assim todo o processo de desenvolvimento do membro surdo desde a infância.

5. Surdez e Sexualidade: o estigma em torno do sujeito surdo

Mencionado então a questão da inclusão do surdo na sociedade de um modo geral, trataremos agora uma abordagem mais inclinada para um conteúdo também estereotipado para o surdo: a sexualidade. Mais precisamente o conceito de sexualidade no aprendiz.

O que se entende por sexualidade hoje vai muito além da prevenção de gravidez, doenças e da biologia que caracteriza o gênero do indivíduo através do conceito de genitalidade e reprodução. Gomes (2007, apud Ministério da Saúde 2009, p. 49) traz com clareza a ideia de como a sexualidade ainda é vista como um tabu para todo e qualquer ser humano, seja ele portador de alguma deficiência ou não, entretanto isso pesa ainda mais sobre o deficiente, devido a desinformação ou mesmo informações deturpadas, chegam a impedir que esse indivíduo possa desfrutar dos seus direitos de uma vida plena e feliz como um todo.

Entende-se que a surdez não compromete a capacidade cognitiva do indivíduo, o que significa que este poderá levar uma vida plena, desfrutando dos seus direitos, ainda que não se encaixe nos padrões de normalidade da sociedade ouvinte como os direitos à busca pelo prazer sexual, por relações afetivas, a se perceber como um ser humano que desfruta de uma vida sexual saudável, a expressar seus desejos, experimentar o erotismo, e a busca pelo prazer no outro.

A sexualidade, enquanto possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós esta volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente no mundo e com o mundo, se nos fecharmos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratarmos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente. (Freire, 1999, P. 7)

É devido a privação de informações sobre sua própria sexualidade na educação tanto doméstica quanto escolar, que existe um leque de problemas que essas pessoas vêm enfrentando desde as antigas sociedades.

Quando se fala em inclusão, acesso à informação, a sexualidade humana não deve ser descartada. Desde a nossa fase de desenvolvimento e descobertas na infância, é necessário que a informação chegue até nós, para nos preparar para cada fase de nosso desenvolvimento humano, o que reforça a importância da inclusão da LIBRAS na vida do sujeito desde cedo.

Em sua pesquisa, Dias de Abreu (2014, p. 7) traz um caso onde um surdo de 32 anos relata em uma entrevista os abusos que havia sofrido dos 11 aos 12 anos em um banheiro, e como aquela situação era vista por ele com normalidade e até mesmo como brincadeira pelo simples fato daquele garoto não ter ideia do que se passava. Podemos ver então que quando se priva o surdo de uma educação sexual além de um objetivo meramente informativo, coloca-se novamente este indivíduo em um lugar de exclusão e perigo, além tornar-se cúmplice das causas de sérios danos que essas pessoas possivelmente sofrerão por não terem conhecimentos básicos sobre a sua própria sexualidade, riscos de doenças sexualmente transmissíveis, abuso sexual, etc.

Em meio ao discurso médico-higienista sobre a sexualidade na escola reafirma-se a necessidade primordial de uma educação emancipatória (reflexiva, questionadora, política) voltada para a informação de cidadãos e para a transformação social e não apenas para a uma educação que favoreça o acúmulo de informações genéricas, desprovidas de reflexão e de contextualização (Maia, 2011).

Vale ressaltar que existe na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) a garantia dos direitos de se viver a sexualidade, que é tão fundamental e global quanto o direito à vida, sendo, portanto, válido para todos os indivíduos. Sabendo disto, afirma-se que a sexualidade é uma característica de todo ser humano, é natural, saudável para uma relação ou convivência de seres humanos e um direito proporcionado a todos.

Nossa sexualidade está mais ligada à cultura da sociedade em que vivemos, junto com toda a nossa história como indivíduo, dentre traumas, aprendizado, desejos, medos, etc, que ultrapassa a biologia, tornando a sexualidade uma prática social. E em concordância com Paula, Regen e Lopes (2005, apud Dreyer, 2018, p. 8), a sexualidade humana vai além do desenvolvimento corporal pronto para a procriação e ainda apresentar desejos sexuais, pois essas variáveis ainda pesam sobre todas as pessoas. Isso inclusive as que possuem algum tipo de deficiência, seja ela física ou neurológica.

Entende-se então a importância da necessidade de uma proposta de educação sexual eficaz e apta para cingir todas as proporções da sexualidade como um todo. Biológica, sociocultural, etc. Assim, será possível assegurar aos surdos e sujeitos portadores de outros tipos de deficiência, circunstâncias para que vivam sua sexualidade plenamente, de forma segura e com as mesmas oportunidades de todos os outros sujeitos.

Espera-se que, com as novas declarações de reformas no sistema educacional do

Brasil, já que existem os Parâmetros Curriculares Nacionais, novas propostas educativas tendam visar o trabalho com temas sociais de forma que denotem vários conhecimentos.

6. Considerações finais

A construção da personalidade, do gênero, a busca pelo prazer, a expressão da própria sexualidade, os sentimentos afetivos como amor e desejo, as relações de um modo geral, são direitos de todos, inclusive da pessoa com qualquer que seja o tipo de deficiência.

Foi ressaltada a grande questão relacionada a educação sexual, ou a fragilidade de uma ação eficaz que impulse a informação voltada ao sujeito com deficiência. Mais precisamente em se tratando do surdo, que ainda sofre pela estigmatização de uma sociedade pobre de informação com relação a essas pessoas.

A sexualidade humana vai muito além de apenas fins reprodutivos ou conceito de genitalidade. É um direito do ser humano como parte do seu desenvolvimento como pessoa, sem exceções, e é um direito respaldado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Entende-se que deficiência, em tantas vezes, é vista como uma principal característica de um indivíduo, quando na realidade, este dispõe de uma capacidade cognitiva e tantas outras características como qualquer pessoa dentro dos padrões normativos impostos pela sociedade.

Acredita-se que deve haver um investimento maior na disponibilidade de informações, e que através delas seja possível a conscientização da pessoa surda do seu próprio direito de se perceber como sujeito, como humano, e que ela também pode usufruir da sexualidade, e que esta não existe apenas para fins reprodutivos ou prevenção de doenças. Isso implica em reconhecer a importância da promoção da LIBRAS na educação básica escolar, considerando que esta é a segunda língua oficial do Brasil, e de profissionais capacitados no ensino de uma educação sexual de qualidade, eficaz e que possa beneficiar ao sujeito surdo, que não mais sofreria com relação a falta de conhecimento acerca da sua própria sexualidade.

Notou-se principalmente a necessidade de oferecer oportunidades e conhecimentos para a família da pessoa surda, que também pode sofrer com essa carência de informação,

quando a mesma deveria ser acolhida e devidamente orientada para melhor convivência e relacionamento com este indivíduo, pois é dentro do âmbito familiar que começa o nosso contato social, a formação da nossa identidade.

Todos temos direito a informação, conhecimento e uma melhor qualidade de vida. Todos temos direito ao prazer sexual.

Referências

Brasil, Governo. (2016) Direito à sexualidade. Recuperado em 31 maio, 2019, de <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/09/apesar-de-avancos-surdos-ainda-enfrentam-barreiras-de-acessibilidade>

Abreu, Fabrício Santos Dias de, Silva, Daniele Nunes Henrique, & Zuchiwschi, José. (2015). Surdos e homossexuais: a (des)cobertura de trajetórias silenciadas. *Temas em Psicologia*, 23(3), 607-620. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-07>. Acesso em: 31 de agosto de 2019.

Dizeu, Liliane Correia Toscano de Brito e Caporali, Sueli Aparecida. (2005). A língua de sinais composta ou surdo como sujeito. *Educação & Sociedade*, 26 (91), 583-597. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000200014>

Saúde, Ministério da. (2009). Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência [versão eletrônica], Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 1(98), 50.

IBGE. (2010) Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Recuperado em 25 julho, 2019, de <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso em 25 de Julho de 2019

Klein, M., & Formozo, D. (2008). Gênero e Surdez. *Reflexão e Ação*, 15(1), 100-112. doi:<https://doi.org/10.17058/rea.v15i1.225>

Lapate, Wagner. Educando para a vida. Sexualidade e saúde. Ed. Cortez, 1996, p31.

Maia, A. C. B. Sexualidade e deficiências. São Paulo: UNESP, 2011, p.31.

Dreyer, L. R. O. (2018). Pessoas com surdez e suas relações com a sexualidade; Silenciamentos e descobertas. *Textura*, 20 (44), 8.
file:///C:/Users/24007453/Downloads/3696-14700-1-PB.pdf

Perlin, G. T. T. Identidade Surda. In: Skliar, C. (Org.).(2001, p. 51-72) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação.

Pesavento, S. J. (2005) História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica.

Freire, P. (1999) P. 7, Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.

11 ed. São Paulo: Paz na Terra.

Quadros, Ronice Müller de. (2006). Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. *Cadernos CEDES*, 26(69), 141-161. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622006000200003>

Quadros, R. M de.; Karnopp, L. B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 224p.

Salamanca, Declaração (1994) Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Recuperado em 30 maio, 2019 de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

Strobel K. (2008) P. 22, As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora da UFSC.

Skliar, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Dimensão, 1998.

Sacks, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

União, Diário Oficial da (2002) P. 23, Recuperado em 30 agosto, 2019 de <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/523572/pg-23-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-25-04-2002>

Almeida, W. G. (2008). Surdez e Cidadania: Um olhar sobre a inclusão social e as políticas públicas no contexto turístico. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Santa Cruz, Instituição, Ilhéus, Bahia, Brasil.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Rosane Isabella Oliveira de Melo – 40%

Natália Costa Barros – 25%

Everton Pires Ferreira Jorge da Silva – 15%

Nicolly Kelly da Silva Pontes – 10%

Ana Paula Maciel Cordeiro – 10%